

Do eles ao eu: a subjetividade que se revela onde tenta esconder-se

Marilei Resmini Grantham*

Resumo

Através do presente trabalho, pretendo realizar uma reflexão sobre a subjetividade, considerada na ótica discursiva. Com tal objetivo, proponho-me a analisar textos produzidos no processo seletivo 2008 da Universidade Federal do Rio Grande.

Palavras-chave: Discurso. Língua. Subjetividade.

Considerações iniciais

Eu me identifico na linguagem,
mas somente ao me perder nela
como objeto.

Lacan

Refletir sobre a língua sem levar em conta a exterioridade, as condições de produção do dizer e a ideologia é, para mim, impensável. E pensar sobre língua sem pensar no sujeito que diz, desconsiderando o processo de constituição desse sujeito pela linguagem, é impossível.

Neste trabalho, em que me proponho discutir a noção de sujeito em sua relação com a língua, não posso fazê-lo, portanto, senão com base numa perspectiva discursiva.

* Professora do curso de pós-graduação *lato sensu* em Linguística e Ensino da Língua Portuguesa, onde ministra a disciplina Leitura e Produção de Textos, na Universidade Federal de Rio Grande - RS.

Data de submissão: junho de 2009. Data de aceite: julho de 2009.

É importante precisar então, em primeiro lugar, que não falo de um sujeito gramatical, nem de um sujeito empírico, mas, com base em Orlandi (1999), de um sujeito materialmente dividido desde sua constituição, o qual, para se constituir, para produzir sentidos, é sujeito à língua e à história, é afetado por elas e pelos efeitos do simbólico.

Isso significa que sujeito e sentidos são constituídos no discurso, constatação que traz em sua base os postulados de Pêcheux (1988, p. 160), quando o autor afirma que o sentido não existe em si mesmo, mas se produz de acordo com as posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras e expressões são produzidas.

Para Orlandi (2007), o sujeito se submete à língua mergulhado em sua experiência de mundo e determinado pela injunção a dar sentido. E o faz em um gesto, um movimento sócio-historicamente situado, ocupando uma posição, assumindo um lugar para ser sujeito do que diz. O modo como ocupa esse lugar não lhe é acessível, da mesma forma que a língua não é transparente nem o mundo, diretamente apreensível. A materialidade desses lugares dispõe a vida dos sujeitos, mas, ao mesmo tempo, a resistência desses sujeitos. “Sujeito ao mesmo tempo livre e responsável, determinante e determinado.” (ORLANDI, 2007, p. 12).

A constituição do sujeito, portanto, está ligada a relações de poder, o que, segundo Foucault (1975), permite que se

“fabriquem’ os indivíduos”. Analisando o posicionamento de Foucault, Haroche (1992, p. 21), na obra *Fazer dizer, querer dizer*, afirma que a língua, sua gramática e a psicologia são o lugar onde isso se realiza. Partindo de um ideal de transparência, o poder torna – ou procura tornar – o sujeito “sem defesa”, tenta disciplinar sua subjetividade.

Assim, se, por um lado, a gramática procura fazer aparecer, por meio das palavras, o não-visível e a interioridade, por outro lado, esta impõe, na mesma medida, um ideal de transparência, de clareza e de completude que se inscreve diretamente na subjetividade. Dessa forma, o sujeito é, embora não o saiba, o lugar de coerções e proibições na gramática e na língua, ou seja, “o sujeito é individualizado, isolado, responsabilizado na gramática e no discurso”. (HAROCHE, 1992, p. 23).

Muitos mecanismos linguísticos, nessa perspectiva, parecem estar a serviço de um poder que procura tornar os sujeitos homogêneos e transparentes. Pela língua – e pela gramática – cria-se um sujeito que não é livre, que não fala – é falado –, que não tem independência, que parece não ter voz. Refletindo nessa direção, ressalta Mariani (2003, p. 67):

O sujeito não se percebe preso em uma rede de linguagem, rede essa que o constitui como sujeito antes de mais nada. O sujeito “sofre” os efeitos da interpelação-identificação, ficando preso às evidências constituídas na própria linguagem: julga-se fonte dos próprios pensamentos, origem do próprio dizer, julga-se capaz de dominar o seu dizer, julga-se livre para dizer o que quiser, etc.

Com base em pressupostos como esses, pretendo, neste trabalho, refletir sobre uma situação de comunicação em que língua e gramática são “medidas” em todas as dimensões que, em tais ocasiões, dela se espera: transparência, clareza, visibilidade, completude, coerência. Refiro-me ao texto que deve ser produzido por candidatos que se submetem a um processo seletivo para ingresso no curso superior ou, mais precisamente, à dissertação de vestibular.

Quem se preocupa com os estudos da linguagem e com o ensino de língua portuguesa sabe da imensa variedade de publicações que têm por finalidade “ensinar” os estudantes a escreverem textos que se enquadrem nas tipologias textuais de descrição, narração, dissertação. Em obras desse tipo, os autores costumam apresentar normas que regem cada tipo de texto, o que os caracteriza, o que *pode* ser feito e, principalmente, o que *não pode* ser feito em cada um.

Não é minha intenção, aqui, discutir o mérito das propostas apresentadas em tais obras ou desvalorizar o trabalho daqueles que se propõem, com base em determinados pressupostos teóricos, apontar caminhos e soluções para a produção desse tipo de texto. Também não desconheço, nem nego, a existência de modelos, como também sei que cabe à escola e aos manuais a tarefa de apresentá-los, propiciando sua compreensão e reprodução em determinadas situações de linguagem.

No entanto, conforme anunciei no início deste artigo, desejo trilhar um caminho distinto e, apoiada na teoria da análise do discurso, examinar tais redações procurando verificar, no seu funcionamento, as marcas de subjetivação e de desvelamento do sujeito que produz tal texto, sob as condições impostas pela situação de prova. Assim, por pretender realizar uma análise discursiva, não é minha preocupação aqui discutir aspectos que costumam ser avaliados neste tipo de prova e que medem a “qualidade” das redações: adequação ou não à tipologia da dissertação, correção linguística, criatividade, coerência, coesão.

Início, então, minha trajetória fazendo referência ao livro *Técnicas básicas de redação*, de Branca Granatic (1992, p. 9), no qual a autora define dissertação como “o tipo de composição na qual expomos idéias gerais, seguidas da apresentação de argumentos que as comprovem”. A autora afirma também: “[...] fazer uma dissertação é defender uma idéia.” (p. 81). Percorrendo a obra, encontramos ainda no capítulo XIII – “O que você não pode fazer em uma dissertação” – diretrizes que orientam o estudante sobre o que não pode e não deve ser feito em uma dissertação. O texto começa assim:

Agora que você estudou como fazer esta modalidade de composição nos capítulos anteriores, é muito importante que atente para os principais procedimentos que não deve utilizar ao elaborar sua dissertação. Existem certos erros que fazem cair por terra seus esforços para construir uma redação adequada. (GRANATIC, 1992, p. 133).

Transcrevo uma das “proibições”, a terceira entre as onze apresentadas: “Dissertar é analisar um assunto proposto, emitindo opiniões gerais. Deve ser feito de modo impessoal e com total objetividade.” (GRANATIC, 1992, p. 134). Não posso deixar de ressaltar, nas palavras e na recomendação da autora, expressões como “apresentação de argumentos, defender uma idéia, opiniões gerais, impessoal, objetividade”. Também não posso deixar de considerar que o texto dissertativo que surge em uma prova de vestibular nasce a partir da leitura de um comando e, via de regra, de pequenos textos (ou trechos de textos), que têm por função auxiliar o estudante, oferecendo-lhe subsídios que lhe permitam discorrer sobre o tema em questão, posicionando-se sobre este.

Resgato, então, e mais uma vez, as considerações de Orlandi (1999, p. 47), para quem o sentido é uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com os sentidos. Essa é a marca da subjetivação, que atesta que não há discurso sem sujeito.

É impossível, então, não colocar, de imediato, um questionamento: como produzir um texto dissertativo – que revele um posicionamento e que surja a partir de um gesto de leitura e interpretação – de forma *imparcial, com total objetividade, com opiniões gerais*? Existe um texto assim? É possível, para um candidato, fazer uma dissertação dessa

forma, mesmo que isso seja posto como uma exigência para um bom desempenho e, conseqüentemente, para seu ingresso em um curso superior?

Para mim, que sou uma analista de discurso, as respostas parecem evidentes. Mas, mesmo assim, vou à busca de elementos que me apontem respostas e que sejam capazes de revelar o funcionamento desse discurso. Meu objetivo é, então, realizar a análise de dissertações produzidas no Processo Seletivo Vestibular 2008 da Fundação Universidade Federal do Rio Grande e, mais especificamente, de dissertações produzidas por candidatos ao curso de Medicina. Estou me propondo a analisar, então, aquilo que vou denominar de “discurso do vestibular” e que, neste trabalho, representa a materialização, por meio das redações, do discurso dos candidatos a este curso no processo seletivo de 2008 desta instituição.

No concurso, um dos temas oferecidos para a redação apresentava o seguinte comando: “Escreva um texto argumentativo no qual você evidencie seu ponto de vista a respeito dos desafios que o mundo moderno apresenta para os jovens.” O exame de alguns textos conduziu-me à coleta e exame de algumas sequências discursivas¹ que, espero, possam conduzir a reflexões produtivas. Nessas sequências discursivas, procuro apontar marcas linguísticas que, na breve análise realizada, tornaram visíveis, para mim, as diferentes formas pelas quais os candidatos lidaram com dois aspectos: o de

serem solicitados a evidenciar seu ponto de vista e, ao mesmo tempo, o de fazerem isso de forma imparcial, ou seja, sem se incluírem no texto que criavam.

Com fins metodológicos, denomino os candidatos, produtores das redações, de “sujeitos-escritores” e agrupo as sequências, de acordo com os efeitos de sentido revelados, em “grupos discursivos”.

Grupo 1: O jovem = eu, nós

Sd1: “A sociedade contemporânea é, certamente, hostil aos **jovens: somos**, constantemente, estimulados à concorrência e bombardeados com toda a sorte de informações [...]. **O jovem**, para ser admitido em um emprego ou faculdade, precisa se destacar dos demais na maioria dos aspectos. Em vista disso, **a juventude** é ‘treinada’ desde muito cedo a competir [...]. Não só a competição exagerada, mas o excesso de informações a que **somos submetidos** é prejudicial.”

Sd2: “Desvendar um mundo novo, cheio de questionamentos e ter de se adaptar a essa nova realidade é o desafio do **jovem atual**. Portanto, não venham os adultos quererem **nos** exigir um comportamento certinho ou nos tirarem a esperança para mudar o resultado de suas ações fracassadas no passado.”

Sd3: “Considerados por muitos o ‘futuro’ da sociedade, **nós, jovens**, somos o principal alvo dos desafios do mundo moderno. **Penso** que, principalmente devido à competição que cresce entre **nós...**”

Nestas sequências percebemos que os sujeitos-escritores, ao serem solicitados a falar sobre os “desafios que o mundo moderno apresenta para os jovens”, referem-se, sim, aos jovens, à juventude; mas, na mesma medida, usam também o **nós** (somos/ sd1, sd3; nos/sd2) e o **eu** (penso/sd3). Ao fazerem isso, marcam sua presença e mostram que são parte da realidade sobre a qual discorrem.

Para refletir sobre esse emprego, faço referência a Benveniste, autor que incorpora aos estudos linguísticos a noção de subjetividade. Segundo Benveniste (1991, p. 285), “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito”, e a língua é uma possibilidade que ganha concretude no ato da enunciação. O locutor enuncia sua posição no discurso por meio de determinados índices formais e, nesse sentido, os pronomes pessoais constituem a maior representação da subjetividade.

Para Benveniste, o *eu* é pessoa subjetiva, ao passo que o *ele* é a *não-pessoa*, que não refere um indivíduo específico. Assim, “a presença do *eu* é constitutiva do *nós*”. Em *nós* é sempre o *eu* que predomina, uma vez que só existe *nós* a partir de um *eu* que sujeita o elemento “*não-eu*” pela sua qualidade transcendente. O emprego de “*nós*” atenua a afirmação muito marcada de “*eu*”, numa expressão mais ampla e difusa.

Já para Guespin (1985, p. 45-46), o *nós* permite que o locutor possa se associar a referentes variados, sem especificá-los linguisticamente, do que decorre a am-

biguidade do seu dizer. Indursky (1997, p. 66) também aborda essa questão e diz a respeito do *nós*: “Suas fronteiras, indefinidas e móveis, permitem que a indeterminação referencial instaure-se por seu intermédio.”

O exame dessas sequências, dessa forma, parece nos mostrar sujeitos-escritores na busca pela impessoalidade que “aprenderam” que sua dissertação deveria apresentar, o que os faz usar formas “neutras” como o *jovem*, a *juventude*. Já, ao dizer *nós*, o sujeito, embora marque sua presença, parece ainda “abrigado” sob a indeterminação referencial, já que tal forma pronominal abriga sentidos que não precisam significar, obrigatoriamente, a inclusão de um *eu*. Dessa forma, materializa sua inserção nas regras desse jogo – onde a regra é camuflar-se – e, como lemos em Mariani (2003, p. 70), “mostra um percurso de sentidos e, ao mesmo tempo, se coloca a mercê do jogo dos significantes”.

Mas, ao usar *eu*, revela-se, expõe-se, identifica-se definitivamente. E a indeterminação, que poderia instalar-se pelo emprego de expressões generalizantes, perde seu lugar. Esse discurso, que se produz histórica e socialmente, evidencia então sujeitos que falam a partir do lugar que ocupam – o de vestibulandos – e falam, mesmo sem perceber, de si mesmos e de suas angústias: vivem numa sociedade hostil, são estimulados à concorrência, são bombardeados com toda a sorte de informações, são “treinados” a competir, são submetidos, precisam desvendar um mundo novo, precisam ter

um comportamento “certinho”, os adultos tiram suas esperanças, são alvo dos desafios do mundo moderno, etc., etc. É um discurso marcado pela subjetividade, portanto.

Grupo 2: O jovem = ele, eles, nós

Sd4: “Todos sabemos que o mundo moderno está baseado na moda. É ela que mostra as decisões que as pessoas devem tomar para serem bem aceitas na sua sociedade e isso atinge principalmente os jovens. Isso porque **eles** ainda estão em processo de formação que **os** torna mais suscetíveis à influência da mídia. Portanto, **cada jovem** é desafiado a desafiar as ‘normas’ do mundo moderno e isso não é tarefa fácil. Porém é muito mais difícil ter que estar submetido a viver de uma forma que não **queremos** ou de uma forma que não **temos** condições de sustentar.”

Sd5: “Essa realidade é desafiadora, principalmente, para **os jovens**. **Eles** ainda não conquistaram um espaço e tornam-se ansiosos [...]. Superando tal fase, **chegamos** à vida adulta seguros e adaptados.”

Percebemos nessas sequências que os sujeitos-escritores procuram, mais uma vez, assumir uma espécie de disfarce; procuram tornar-se “ausentes” e falam dos jovens através do emprego de expressões generalizantes (cada jovem, os jovens) ou da terceira pessoa (eles, os), que os excluem desse grupo e procuram garantir a “impessoalidade” de seu texto. Por isso, falam de um *ele*, uma não-

pessoa que parece não expô-los ao perigo de que seus textos sejam considerados fora da tipologia textual exigida.

Usando mais uma vez as palavras de Bethânia Mariani (2003, p. 70), vemos aí “um sujeito imerso na linguagem buscando garantias nas suas palavras”. O que encontramos, na verdade, são sujeitos-escritores determinados, por um lado, pelo fato de que não podem dizer coisas que não têm sentido (sua relação com o Outro, a memória do dizer), mas, e sobretudo, por outro lado, determinados pelo fato de que devem dizer coisas que tenham um sentido para um interlocutor determinado (o outro, o corretor da redação). É sob tais condições de produção que constroem seus textos, sabendo para quem o produzem e onde o produzem, sob o modo das formações imaginárias.

No entanto, da mesma forma que constatamos anteriormente, nada disso é suficiente para anular sua presença, para esconder sua subjetividade. E os sujeitos-escritores acabam se denunciando pelo emprego do *nós*: queremos/sd4, temos/sd4, chegamos/sd5. Assim, não são *eles, os jovens* – alguém indefinido – que são desafiados, que são atingidos, que ficam ansiosos, que são submetidos a viver de uma forma que não querem: são eles mesmos, os próprios sujeitos desse discurso que apenas tentam se esconder para cumprir as regras do jogo.

Grupo 3: O jovem = você, eu

Sd6: “Deixar de ser criança e virar adulto... muito **se** ganha, mas bem mais

se perde [...]. Quando **se** é criança, **você** chora quando tem vontade [...]. Mas quando **se** é adulto... Não dá para chorar. **Você** vai ter que resolver seus problemas. À medida que **você** vai crescendo se dá conta de que surge a competição imposta pelo mundo moderno [...]. Ser criança foi maravilhoso, mas a vida segue seu rumo. E dá pra ser feliz... É a **minha** crença!”

Há aspectos peculiares nessa sequência discursiva. Em primeiro lugar, o candidato não se refere ao *jovem*, mas fala em “deixar de ser criança e virar *adulto*”. E, ao fazê-lo, emprega diferentes formas gramaticais, ora por meio de uma indeterminação (se ganha, se perde), ora por meio de *ocê* (também marca de indeterminação nesse discurso, pois não se trata de um interlocutor específico) e, finalmente, por meio da primeira pessoa (*minha* crença).

Do ponto de vista gramatical, estamos diante de uma inadequação, de uma falta de paralelismo sintático e, certamente, de aspectos que poderiam ser considerados como “erro” ou “desvio” em relação à norma padrão, exigida neste tipo de produção textual e de seleção. No entanto, quando se adota uma perspectiva discursiva, como ressalta Leandro Ferreira (2003, p. 197), “os fatos lingüísticos considerados com problemas não ficam de fora do sistema, à margem da língua, e passam a ser considerados como nucleares, em vez de periféricos”.

Considerando-se que a língua não é um instrumento de comunicação socialmente neutro, essa “mistura” de pessoas

do discurso é justamente o lugar que me permite entender o funcionamento desse discurso. O que percebo, então, é um sujeito-escritor que, ao falar sobre o jovem, revela a tentativa – inútil – de tornar seu texto impessoal, de não se incluir neste universo sobre o qual disserta, de colocar-se à margem do assunto sobre o qual emite sua opinião. Apoia-se, então, em marcas de indeterminação, como a expressa pelo pronome *se*; procura sustentar-se em um *você* que lhe parece também conferir ao seu texto o esconderijo do qual tanto necessita. Mas, numa evidência da submissão à linguagem e às condições de produção de seu discurso, emprega o pronome *minha*, que “escapa” por entre suas palavras e revela, incontestavelmente, sua presença e sua identificação com esse discurso. As marcas de indeterminação, assim, esvaziam-se.

Grupo 4: O deslize

Sd7: “**Passar no vestibular para medicina**, ter um carro, um corpo atlético, enfim, são exigências constantes na vida do **jovem moderno**.”

Sd8: “... **a concorrência na disputa por vagas nas universidades só torna as ambições pueris mais difíceis de serem alcançadas e, às vezes, até mesmo frustrantes**. A obrigação de prosperar, de originar um futuro de sucesso, faz com que o caminho a ser trilhado pelos **adolescentes** seja tortuoso e com sonhos mais difíceis de serem concretizados.”

É possível perceber nessas seqüências, de forma bem evidente, o inconsciente aflorando na materialidade linguística. Os sujeitos-escritores, de forma contrária dos demais analisados até aqui, não deixam “pistas” de sua presença em seu discurso, por meio de marcas linguísticas como os pronomes *eu*, *nós*. No entanto, revelam de outra forma sua subjetividade.

Referir-se a *passar no vestibular para a medicina* como um *desafio que o mundo moderno apresenta para os jovens*, tema solicitado na prova, revela, de forma bem clara, a inserção do sujeito-escritor neste discurso, pois é ele – e não o jovem moderno, de modo geral – que está tentando *passar no vestibular para a medicina* (sd7). Algo escapa ao sujeito aqui, e ele se revela pelo que não disse. Os sujeitos-escritores pensam ter escolhido as palavras, quando, na verdade, foram escolhidos por elas.

Grupo 5: O jovem = ele, eles

Sd9: “Uma das afirmações mais comuns em todos os lugares é a de que o futuro do planeta depende dos **jovens**; **estes**, no entanto, têm muitas dificuldades para enfrentar no mundo moderno. Os desafios que **eles** têm variam muito e dependem da classe social e das oportunidades que **ele** recebe.”

Sd10: “Tendo em vista que **os jovens** são o futuro do planeta, **eles** têm adquirido, cada vez mais, uma série de responsabilidades que, para serem cumpridas, exigem um amadurecimento precoce.”

Examinando essas sequências, referimos novamente Benveniste (1991). É uma “não-pessoa” o que encontramos aqui: o sujeito-autor apaga de seu discurso as marcas da subjetividade e fala de algo que lhe é exterior. Mas, mais uma vez, lembramos que a fala desse sujeito é produzida a partir de um determinado lugar, que ele situa o seu discurso em relação ao discurso do outro. Neste caso, seu destinatário é seu avaliador. E o imaginário em torno da noção de dissertação, presente nos manuais de redação e repetido desde sempre na escola, parece ser determinante para esse “apagamento”.

Ressalte-se, então, que, numa perspectiva discursiva, o texto deve ser visto enquanto unidade significativa, isto é, como unidade de análise do discurso, consideradas as condições de sua realização e o processo de interlocução. Parece-nos relevante, nesse sentido, a posição de Indursky:

O texto é, pois, uma unidade de análise, afetada pelas condições de sua produção, a partir da qual se estabelecerá a prática de leitura. Em função disso, podemos acrescentar, de imediato, que, para a Análise do Discurso, a organização interna ao texto é o que menos interessa. O que está em jogo para a Análise do Discurso é o modo como o texto organiza sua relação com a discursividade, vale dizer, com a exterioridade. (2001, p. 28).

Nessa medida, podemos dizer que o texto instala o espaço da intersubjetividade, ou seja, uma relação de interação com a situação, com outros textos e com os interlocutores. Desse modo, se adota-

mos uma noção de texto que acolhe o processo de interação e relação com o mundo *pela e na* linguagem, nos instalamos no domínio da significação como multiplicidade, não como linearidade informativa. Nessa perspectiva, é possível considerar a redação de vestibular como a materialização do discurso dos candidatos, como a materialidade do gesto de leitura que esses sujeitos-escritores fazem da realidade que os cerca e – sobretudo – como a materialização de um discurso produzido para ser avaliado.

Assim, se as sequências discursivas 9 e 10 revelam sujeitos-escritores que não se inserem no discurso que produzem, que evitam o emprego de um *nós* ou de um *eu*, adequando-se ao tema proposto e às normas de objetividade e neutralidade apregoadas e perseguidas pelos tradicionais manuais de redação, é impossível, para mim, não deixar de considerar as condições em que essas redações foram produzidas, a quem se dirigiam e com que finalidade.

E ao encontrar essa espécie de apagamento do sujeito, não posso evitar de, mais uma vez, me questionar: Este texto, mais “neutro”, é “melhor” do que aqueles em que o candidato, por meio das marcas de subjetividade, identifica-se com o discurso que produz? Se este texto mais objetivo enquadra-se perfeitamente na tipologia da dissertação, aqueles também não o fazem? Que concepção de língua e linguagem se tem quando se “treina” um aluno, oferecendo-lhe “máscaras linguísticas” que tenham por função tentar dis-

farçar sua presença? Que sentido pode haver em “ensinar” alguém a produzir um texto com objetividade, se sabemos que isso é impossível? Que tipo de autor a escola deseja ajudar a constituir assumindo tais posturas teóricas?

Todas essas questões me inquietam. Não porque eu não tenha as respostas para elas, mas porque creio que a escola, ao trabalhar a redação guiada por “moldes” e padrões linguísticos, deixa de lado ou repele aquilo que, na minha perspectiva, é o mais importante: a consideração de que a produção de texto é a manifestação única de um sujeito que, num ato pessoal, assume posições, insere-se numa cadeia de sentidos e, ao fazê-lo, singulariza-se. Talvez por isso parece-me que encontro o sujeito justamente onde ele procura construir sua ausência: na falta.

Conclusão

Com base nas singularidades que procurei evidenciar neste texto, espero ter tornado claro meu ponto de vista sobre língua, linguagem, discurso, produção de texto, ensino de língua. Foquei meu olhar sobre textos dissertativos produzidos em concursos de vestibular atraída pelo envolvimento, há alguns anos, com este tipo de trabalho de avaliação, e também pelo contato contínuo com as dúvidas e as angústias de jovens que precisam se submeter a esse tipo de seleção.

E, confesso, não posso deixar de pensar em como é estranha e angustiante a situação desta prova e o que envolve:

de um lado, um aluno-escritor (geralmente muito jovem) que, sob pressão e por obrigação, precisa naquele momento encontrar ideias e, sobretudo, expressá-las de forma quase iluminada, pois está sendo avaliado; de outro, o avaliador, que examina no produto desse esforço a transparência, a clareza, a coerência, a completude e, de quebra, a forma – de preferência original – como o candidato expressa essas ideias.

Além disso, o candidato precisa produzir seu texto de forma imparcial, neutra, quase como se não estivesse ali, como se não existisse. Ele precisa *defender seu posicionamento*, mas deve fazê-lo de forma *impessoal e com total objetividade*. Que espaço tem este sujeito para ser autor de seu dizer em tais condições? Como poderá assumir autoria e ser responsável pelo que diz se tiver de “esconder-se” sob marcas que o apaguem? E de que valerá o esforço do disfarce se poderá ser identificado por marcas que desvelam sua presença?

É preciso, então, que se admita que a neutralidade e a objetividade não existem, mesmo num texto dissertativo. É necessário que se reconheça que, pelo contrário, isso constitui uma mera ilusão, pois qualquer texto, por mais neutro que se pretenda, tendo um sujeito-autor em sua origem, é marcado pela subjetividade e pela autoria, mesmo que esta aconteça em diferentes graus, em diferentes níveis.

Acredito que ao professor cabe o trabalho de estabelecer as distinções e os limites entre os diferentes tipos de tex-

tos, fornecendo ao aluno a habilidade de produzir um resumo, uma resenha, uma narração, uma dissertação, ou qualquer outro tipo de texto. Mas acredito que se possa fazer esse trabalho sem deixar de levar em consideração o trabalho com a discursividade, com a ideia de que os sujeitos produzem sentidos a partir dos lugares que ocupam, inseridos num contexto que envolve aspectos sociais, ideológicos, históricos. Acredito que se possa “ensinar” redação sem esquecer que não há sentido sem os sujeitos e que, portanto, o “apagamento” e a “neutralidade” não existem.

Ao encerrar esta reflexão, reproduzo, para que fiquem ressoando em nossos ouvidos, as palavras de um vestibulando:

Escolha apenas um dos três temas propostos: “Escolha”, “leia”, “escreva”. Não podemos nos esquecer que sempre haverá pessoas com mais experiência para nos guiar – uma ajuda extremamente bem-vida, contanto que, por misericórdia, não venha na forma de verbos no imperativo.

From them to the self: subjectivity revealed where it tries to hide

Abstract

Along this work I intend to carry out some reflections upon subjectivity, addressed from a discursive viewpoint. Bearing that aim in mind, I analyze texts produced during the 2008 Entrance

Examinations to the Federal University of Rio Grande.

Key words: Discourse. Language. Subjectivity.

Nota

¹ As seqüências discursivas são, segundo Courtine (1981, p. 25), “seqüências orais ou escritas de dimensão superior à frase.”

Referências

BENVENISTE, Emile. *Problemas de lingüística geral I*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1991.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. São Paulo: Vozes, 1999.

GRANATIC, Branca. *Técnicas básicas de redação*. São Paulo: Scipione, 1992.

HAROCHE, Claudine. *Fazer dizer, querer dizer*. São Paulo: Hucitec, 1992.

INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes: uma análise do discurso presidencial da terceira república brasileira*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

INDURSKY, F. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In: ERNST-PEREIRA, Aracy; FUNCK, Susana Bornéo. (Org.). *A escrita e a leitura como práticas discursivas*. Pelotas: Educat, 2001.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. O caráter singular da língua no discurso. *Organon*, n. 35, 2003.

MARIANI, Bethânia. Subjetividade e imaginário lingüístico. *Linguagem e Discurso*, Tubarão: Ed. Unisul, v. 1, n. 1, 2003.

ORLANDI, Eni. *Análise discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1999.

_____. O sujeito discursivo contemporâneo: um exemplo. In: LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina; Indursky, Freda (Org.). *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. Unicamp, 1988.